



aliás,

A SEMANA REVISTA

estadão.com.br

Três na briga

Nick Clegg (C) é a novidade política que sacode Cameron, Brown e o Reino Unido. Pág. J3



JEFF OVERS/REUTERS

JF DIORIO/AE



(In)segurança pública

A escalada da violência e o combate ao crime organizado chegam ao debate eleitoral. E são temas de análise dos cientistas políticos **Rogério Arantes** e **Leandro Piquet Carneiro**

Págs. J4 e J5

EXCLUSIVO | Eugênio Bucci

Era uma criança e temia aqueles rostos desconhecidos, os **terroristas procurados** que o regime estampava em cartazes, sem nenhuma gentileza com o olhar infantil

Pág. J8

'Tem que engaiolar'

SEGUNDA, 26 DE ABRIL



Durante o programa da TV Band Brasil Urgente, de José Luiz Datena, o presidente eleito, José Serra, promete a criação de um Ministério de Segurança. "Bandido tem que ser enfrentado com dureza. Não precisa desrespeitar o ser humano, mas tem que engaiolar", disse.



Força-tarefa. Operação conjunta entre as Polícias Militar, Federal e Civil transfere presos do PCC para o Presídio Federal de Catanduvas, no Paraná

Um debate atrasado e urgente

Segurança pública não é só um problema cotidiano dos cidadãos – é questão de governo e de Estado, diz especialista



Entrevista
Rogério Arantes

PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

IVAN MARSIGLIA

Quando o cientista político Rogério Bastos Arantes decidiu, em um trabalho inédito, construir um banco de dados para analisar 600 operações da Polícia Federal ocorridas entre 2003 e 2008, ele esperava

conhecer a ação do Estado contra a corrupção e o crime organizado no País. O que acabou conhecendo melhor, conta ele, foi outra coisa: "Como o crime organizado e a corrupção são dependentes do Estado".

Professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) e docente da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) de 1995 a 2008, Arantes, 41 anos, é um especialista no funcionamento das instituições políticas e judiciais brasileiras. Goiano de Anápolis, ele viu sua pesquisa sobre a atuação da PF ganhar relevância extra essa semana, quando notícias sobre o grupo criminoso Primeiro Comando da Capital (PCC) extrapolaram as fronteiras nacionais.

Dois brasileiros supostamente ligados à organização foram presos em Pedro Juan Caballero após um atentado contra o senador paraguaio Robert Acevedo. Não foi só isso: na segunda-feira, o governo dos EUA emitiu um comunicado pedindo que seus cidadãos evitem o litoral sul paulista, onde 13 assassinatos foram atribuídos à facção criminosa nos últimos dias.

Diante dos fatos, os principais pré-candidatos à Presidência da República foram à guerra. O postulante tucano, José Serra, prometeu, se eleito, a criação de um Ministério da Segurança Pública. A petista Dilma Rousseff rebateu, exaltando a coordenação federal da área, que já vem sendo feita via Ministério da Justiça. "Pela Constituição, cabe aos governos estaduais o combate ao crime", ressalta Rogério Arantes, "mas segurança pública diz respeito também a políticas de governo e de Estado".

Na entrevista a seguir, o cientista político fala do atraso com que o tema da segurança entrou na agenda da redemocratização, dos R\$ 22 bilhões em recursos sugados do País pelas organizações criminosas – mais que o orçamento anual do Bolsa-Família –, do papel decisivo e dos riscos da atuação da PF e da convivência que marca por vezes o cidadão brasileiro: "As pessoas costumam ver a corrupção apenas no Estado, mas ela está na sociedade também".

● Pesquisas de opinião mostram que a segurança, ao lado da educação, é a segunda maior preocupação dos eleitores brasileiros, atrás apenas da saúde. O tema será decisivo na campanha presidencial?

Sem dúvida, é um dos temas candentes da opinião pública nacional por aquilo que cerca as pessoas em seu cotidiano. Mas o debate entre os principais candidatos, Serra e Dilma, me parece, vai além: diz respeito a políticas de governo e de Estado. Foi o que os levou a divergir sobre a criação de um Ministério da Segurança Pública.

● Um novo ministério é o caminho?

Eu diria que é natural que essa ideia apareça no contexto atual. Uma política que, segundo a Constituição, é fundamentalmente estadual, sofreu nos últimos anos um deslocamento para o plano federal – em função da política de segurança capitaneada pelo Planalto. Esse deslocamento envolve um fortalecimento das instituições federais de combate ao crime organizado e à corrupção, como a Polícia Federal e o Ministério Público. O governo chamou para si a responsabilidade de coordenar a área, e a proposição de um Ministério da Segurança viria consolidar esse processo.

● E por que Dilma rejeitou a proposta?

Foi como se Serra se apropriasse de uma política que vem sendo conduzida de modo bem-sucedido pelo atual governo – na linha da estratégia de campanha tucana, que é a do "podemos mais". Dilma disse que a questão é mais de coordenação que de institucionalização em forma de ministério, pois é o que o Ministério da Justiça já vem fazendo. E em nível bastante agressivo: hoje, 17 Estados têm como secretários de segurança delegados da PF que foram condu-

zidos ao cargo mediante essa política articulada entre o governo federal e estaduais. E as Secretarias de Segurança sempre foram cargos estratégicos para as elites locais – que hoje não se incomodam ou se veem obrigadas a cedê-los para o nível federal. Dilma também disse: "Nós fizemos a Força Nacional". Mas o eleitor pergunta: onde está essa força? Ela não existe como corporação, é um conceito, que serve, nos casos previstos pela lei, para reunir policiais de corporações já existentes. A verdadeira força nacional hoje é a PF.

● Por quê?

Ela é uma novidade republicana. Para repetir o bordão de Lula, nunca na história deste país se teve uma força policial de caráter civil, sob o comando do Poder Executivo federal e com capacidade de atuação em todo o território nacional. Nem os militares ousaram "empoderar" assim a organização. Após a ditadura não se fez isso, o governo FHC não o fez – exceto no final, quando inicia o reaparelhamento da PF. Quem de fato "soltou os federais" foi Lula. Já a criação de um ministério específico para a área esbarraria no texto constitucional. Seria uma tarefa mais complicada.

● Nos últimos dias, o PCC saltou do noticiário paulista para o internacional, com o atentado no Paraguai e a recomendação do governo americano para que seus turistas evitem o litoral sul de São Paulo. A pressão de fora pode mobilizar as autoridades brasileiras?

Esses episódios pressionam o governo, mas são de fôlego curto. Entretanto, é perigoso para a segurança do Estado brasileiro o fato de que na região fronteira haja uma confluência do tráfico de drogas, de armas e do crime organizado. Quando um Estado não consegue controlar minimamente seu território e o uso da força nele, a ponto de ter que decretar "estado de exceção", como fez o Paraguai, passa a caminhar na direção do que a literatura chama de *failed states* – "Estados falidos". No Brasil, o crime organizado nunca chegou a ameaçar a ordem nesse nível. Mas a atenção do País deve ser redobrada.

● Depois de um período de retração, o número de homicídios em São Paulo, a principal

unidade da federação, voltou a subir. Outro dado preocupante: desde 2004, 21.240 das 97.549 armas de fogo registradas em nome de empresas de segurança privada foram roubadas ou furtadas. O que fazer?

Cabe à PF a fiscalização do porte de armas pelas empresas de segurança. A polícia não vinha sendo capaz de exercer esse controle de fato, e a sociedade desconhecia esses números e seu significado. Nós realizamos um referendo nacional sobre comercialização de armas e não dispúnhamos dessa informação crucial sobre o ingresso de armas no mercado ilegal brasileiro.

● Por que o debate sobre segurança parece tão atrasado no País?

Porque desde a redemocratização a questão da segurança foi muito mais trabalhada sob o signo dos direitos humanos do que do fortalecimento do aparato policial. Isso foi muito benéfico, mas travou a discussão sobre a questão do crime a necessidade de reaparelhar as instituições de segurança pública. Naquele momento, importava mais reconstruir o Estado de Direito. O que ocorre agora é uma mudança de paradigma, e não deixa de ser curioso que tenha tido início na passagem da era FHC para a era Lula. Talvez por isso o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) não tenha encontrado terreno propício no debate público ou o STF tenha posto uma pedra sobre a ideia de revisão da Lei de Anistia. Não sei se essa é a melhor forma de encerrar o longo ciclo da redemocratização, mas diria que foram os últimos suspiros do cisne.

● Uma das conclusões da pesquisa que o sr. realizou foi de que o crime organizado no Brasil é 'dependente-associado' do Estado em 4 de cada 10 casos. O que isso quer dizer?

Que, em grande parte dos casos, o crime organizado depende do Estado e de seus agentes para se realizar. Seja de modo ativo, pelo assalto a recursos públicos, seja passivo, pela corrupção das atividades de fiscalização e de policiamento. Quando decidi estudar as operações da PF, estava motivado pela ideia de conhecer a ação do Estado contra a corrupção e o crime organizado. O que acabei conhecendo melhor foi como o crime organizado e a corrupção são dependentes do Estado. O maior número de operações da PF, por exemplo, ocorreu no combate à corrupção no INSS – que, no orçamento federal, detém a maior rubrica. Uma única operação desbaratou uma quadrilha que desfalcou a Previdência em R\$ 1 bilhão. De modo que a PF a apelidou de "Ajuste Fiscal". O volume de recursos movimentados pelas organizações criminosas, estimado a partir de 125 dessas operações, foi da ordem de R\$ 22 bilhões (*o orçamento do Bolsa-Família previsto para 2010 é de R\$ 13,7 bi*). Isso quer dizer que boa parte da riqueza socialmente produzida no Brasil não é apropriada pelas vias legais – mas pelo crime, pela sonegação, pela facilitação de negócios ilícitos, etc. As pessoas costumam ver a corrupção apenas no Estado, mas ela está na sociedade também.

● Sua pesquisa considera a atuação da PF positiva. Há problemas também?

A PF aparece na linha de frente dessas operações, mas por trás dela há quase sempre uma "força-tarefa", envolvendo também o MP e o Poder Judiciário e até agentes de outras instituições. Isso gera maior eficácia, mas preocupa os defensores das garantias e liberdades individuais. É o receio de que resultem em abuso de autoridade – como chegou a alertar o ex-presidente do STF, Gilmar Mendes.

● Os principais candidatos à Presidência parecem bem informados sobre segurança?

O primeiro round travado entre os dois revela baixo grau de entendimento dessas questões. Quero crer que a campanha eleitoral seja capaz de produzir informação mais qualificada. Se a gente considerar que nas áreas econômica e social o mais provável é que haja continuidade, independentemente de quem assumir a Presidência em 2011, o que pode fazer diferença nas eleições deste ano são áreas como a da segurança. Seria muito útil, por exemplo, se esses candidatos pelo menos antecipassem o perfil dos futuros ocupantes dos cargos de ministro da Justiça e procurador-geral da República. São estes que lideram as organizações mais importantes para a segurança hoje, a PF e o MP, e terão que enfrentar o desafio de manter o equilíbrio das funções no interior do sistema. Eu definiria o meu voto em função dessas escolhas.

NOTÍCIAS DE UMA GUERRA PÚBLICA



SENADOR PARAGUAIO

Robert Acevedo pede que Brasil reaja

"Precisamos de medidas mais duras por parte do Brasil. O que está acontecendo aqui no Paraguai é que os narcotraficantes estão se organizando em consórcios. Eles acertam até os valores para liquidar pessoas"



EX-PRESIDENTE DO STF

Gilmar Mendes pede garantias

"Combate ao crime organizado? Sim. Mas dentro dos paradigmas do Estado de Direito. (...) Não podemos fazer concessões no que diz respeito à observância dos direitos e das garantias individuais"

Boqueirão quente

TERÇA, 27 DE ABRIL



A Polícia Militar desloca 200 homens para Santos, São Vicente, Praia Grande e Guarujá em resposta à violência na região, onde, por suposta ação do PCC, 23 pessoas foram assassinadas em dez dias. O governo dos EUA orientou seus cidadãos a não viajar para o litoral sul paulista.

A sedução do PCC

A supervalorização do crime organizado tem ajudado na negação das políticas públicas visando a diminuir o crime em São Paulo

LEANDRO PIQUET CARNEIRO

Algo aconteceu em São Paulo que não aconteceu em nenhum outro Estado do Brasil. No curto período de uma década São Paulo tornou-se um dos Estados menos violentos do país, após apresentar uma redução de 66% na taxa de homicídios entre 1999 e 2008. Em 1999 era o quinto Estado mais violento e em 2007 passou a ser o terceiro menos violento do país, perdendo apenas para Santa Catarina e Piauí. A taxa de homicídios no Brasil, excluindo-se São Paulo, é de 29 por 100 mil, o que é quase duas vezes a taxa do Estado de São Paulo, de 14,8 por 100 mil habitantes. O número de roubos seguidos de morte no Estado também diminuiu 67% entre 1999 e 2008.

Se nesse período São Paulo tivesse seguido a mesma tendência dos demais Estados brasileiros na evolução das taxas de homicídio, a taxa esperada em 2008 teria sido quase quatro vezes maior do que aquela efetivamente observada. Com base nessa simulação é possível afirmar que a redução dos homicídios ocorrida entre 1999 e 2008 permitiu poupar 71 mil vidas, sendo que 34 mil foram vidas de jovens entre 15 e 29 anos. Uma estimativa mais conservadora, simplesmente supondo-se a manutenção da mesma taxa de homicídios de 1999, nos nove anos seguintes, até 2008, teria poupado aproximadamente 55 mil vidas.

Esses resultados colocam o Estado de São Paulo ao lado de outros casos de sucesso na redução de homicídios, como Nova Yorke e as cidades colombianas de Medellín e Bogotá. Que políticas públicas tornaram esses resultados possíveis?

Ainda não sabemos com certeza, mas concretamente os governos de São Paulo da última década optaram por aumentar o gasto com o sistema de Justiça criminal e também em tentar ampliar sua eficiência. Um indicador parece resumir bem o resultado dessa política: entre 1995 e 2006, a população carcerária de São Paulo aumentou 166% e o Estado tem atualmente a maior taxa de encarceramento por 100 mil habitantes do Brasil. No curto período entre 2005 e 2008 o aumento foi de 103%. Houve nesse período também um aumento da proporção de condenações por crimes que são tipicamente organizados, como o tráfico de drogas, que aumentaram 134% entre 2005 e 2009.

O problema é que o encarceramento custa muito caro: os gastos com a administração penitenciária aumentaram 172% entre 2000 e 2009. Foram R\$ 2 bilhões gastos com o sistema penitenciário em 2009, o que corresponde a quase 2% do gasto total do Estado no ano. Além de caro, o sistema penitenciário torna-se facilmente uma fonte de novos problemas para a sociedade. O pior deles é o aparecimento do crime organizado nos presídios e o risco de transbordamento desse problema para a sociedade.

A presença do crime organizado nos presídios e secundariamente na sociedade tornou-se um problema desafiador para o sistema de Justiça criminal e constantemente tem sido utilizado como argumento de que a política de segurança pública seguida em São Paulo na última década caminha para o fracasso. Pode-se mesmo dizer que o tema do crime organizado e de seu poder na sociedade tem recebido mais atenção do que o debate sobre as causas da redução dos crimes violentos no Estado de São Paulo na última década.

Para entender por que ocorre essa inversão de “valores” é preciso olhar para a comunidade de especialistas que militam na área de segurança pública e entender melhor

suas preferências. Não é injusto dizer que em sua maioria esse é um grupo que ostenta fortes convicções anticontrole social, o que se expressa também em uma preocupação maior com a violação dos direitos humanos praticadas por instituições do Estado do que com o controle do crime. Mas, paradoxalmente, o principal resultado dessa atitude de aparência progressista é o aumento da desinformação do público e a definição de prioridades equivocadas para as políticas públicas.

A supervalorização das ações do crime organizado tem se mostrado uma forma eficiente de negação do papel das políticas públicas de segurança e Justiça na contenção do crime. Há especialistas que chegam ao extremo de argumentar que o PCC foi um fator importante, se não o mais importante, para explicar a queda dos homicídios em São Paulo. Não é absurdo supor que a forma como o PCC se organiza e atua nos mercados ilícitos pode ter um efeito sobre o número de homicídios, mas para podermos afirmar isso necessitaríamos de muita pesquisa empírica sobre a atuação do PCC, não apenas nos presídios, mas na sociedade como um todo.

A redução dos homicídios ocorreu em todo o Estado de São Paulo, um Estado com 41 milhões de habitantes, distribuídos em 645 municípios. O processo foi mais ou menos o mesmo na região metropolitana, no interior, nos pequenos, nos médios e nos grandes municípios. No entanto, toda a complexidade institucional e demográfica envolvida no processo que resultou na redução de 66% da taxa de homicídios em uma década, logrando salvar milhares de vidas de jovens nas áreas mais pobres do Estado, parece apenas um detalhe pouco importante para alguns observadores. Essa atitude não só contribui para a desinformação do público, como mostra preconceito contra o trabalho das instituições de segurança pública e da Justiça. Se nada foi feito de relevante pelas instituições públicas, nada precisa ser preservado, aprimorado e reproduzido. Apenas tivemos sorte. Esse é um equívoco que pode ter um custo pesado para a sociedade no futuro próximo.

* LEANDRO PIQUET CARNEIRO É PROFESSOR DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E PESQUISADOR DO NÚCLEO DE PESQUISA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Lei da grade. Chega-se a usar uma suposta importância da organização para explicar a queda dos homicídios

Politização do escuro

A bufa partidarização de tudo nos põe ante o fato de que a história da nova democracia brasileira está balizada por apagões, e quem atira a primeira pedra não fica imune ao efeito bumerangue

JOSÉ DE SOUZA MARTINS

As justas queixas dos consumidores de energia elétrica e dos usuários noturnos das ruas de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, de que a iluminação pública nestas localidades está aquém do desejável e do necessário, nos remetem ao fascinante mundo do lugar da escuridão na história e na política. Como nos remetem, também, ao lugar da iluminação pública no imaginário social e na sociabilidade das gentes urbanas. Até por suas implicações estéticas, esse é um mundo fascinante.

Nossas tradições românticas passam não só pela época do escurinho do cinema, mas também pela de um cotidiano que insistia e insiste cada vez mais em iluminar a todos e a tudo e, portanto, em acabar com esse reduto de nossas liberdades que é o breu insumissível. Passam, também, pelas obras de arte. Em *Macário*, do poeta Álvares de Azevedo, na garupa do burro preto de Satã, a personagem se deslumbra com os contornos de São Paulo no começo da noite. Reproduz o poeta paulistano visão descrita em sua mais bela carta, a um amigo, em 1848: “Lá ao longe, se levantava a cidade negra; e os lampiões abalados pela ventania...” Em 2006, a Pinacoteca

do Estado realizou a exposição de Eduardo Muylaert, *Boa noite, Paulícea!*, com belas imagens feitas numa excursão fotográfica de uma única noite pela cidade de São Paulo. Uma verdadeira etnografia da escuridão na leitura das revelações das luzes residuais da cidade. A beleza da noite escura é uma das grandes marcas das xilogravuras com que Oswaldo Goeldi registrou os cenários noturnos dos subúrbios do Rio de Janeiro.

Se há o romantismo do escuro e da noite no imaginário popular, há também a queixa frequente contra a luz insuficiente. É nesse contraponto que podemos compreender a questão da iluminação pública atual como empobrecimento do nosso imaginário. A luz e a escuridão se politizaram, tornaram-se temas de demandas e de questionamentos políticos frequentes. A mais estranha queixa ocorreu na época da substituição dos lampiões a gás pela luz elétrica. Em São Paulo, a primeira rua iluminada por eletricidade foi a Barão de Itapetininga, em 1905, e em 1935 apagou-se o último lampião a gás. Para muitos a cidade ficaria menos iluminada do que fora com o gás.

Nos dias atuais, o frequente clamor contra a insuficiente iluminação da cidade vem do fato de que cerca de 4% das lâmpadas de iluminação pública estão queimadas. A que se junta o roubo anual de centenas de quilômetros de fios da rede, o que em geral deixa



MÔNICA ZARATTINI/AE

sem energia a área atingida por 15 dias. Muitos querem a luz, mas não querem encrenca com os ladrões de fios da rede elétrica. Hoje, a reclamação contra a luz insuficiente vem do medo ao outro, ao vulto que vaga, nas cidades em que o outro se tornou suspeito, não importa de que.

Passamos do escurinho do cinema a um cotidiano que insiste em iluminar tudo

A bufa partidarização de tudo nos põe ante o fato insólito de que a história da nova democracia brasileira está balizada por dois apagões, o de 1991 e o de 2009. O de 1991 nem apagão chegou a ser, logo domesticado por medidas de emergência, com ampla e premiada adesão popular, no racionamento voluntário. Não obstante, rendeu dividendos políticos ao PT, que usou e abusou do assunto e questionou, com razão, a falta de planejamento para o setor de energia elétrica por parte do Estado brasileiro, o que vinha de

longe e o PT não disse.

Mas quem atira a primeira pedra nem sempre está imune ao efeito bumerangue da pedrada. Em 2009, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva teve o seu apagão, este sim de verdade. Ficaram total ou parcialmente sem energia elétrica 18 estados. Foi, no entanto, poupado pelas oposições. Ao longo desse mesmo governo, houve vários apagões menores, também eles por falta de planejamento. Aliás, ninguém fala na frequente falta de energia nas casas de bairros inteiros de São Paulo, até durante o dia, apagões em plena claridade diurna! É que aí, responsável é a distribuidora, empresa privada, e não o governo local. É eleitoralmente inútil satanizá-la.

* JOSÉ DE SOUZA MARTINS, PROFESSOR EMÉRITO DA FACULDADE DE FILOSOFIA DA USP. É AUTOR, ENTRE OUTROS LIVROS, DE *A SOCIABILIDADE DO HOMEM SIMPLES* (CONTEXTO)

Queixas. Iluminação sempre aquém do desejado e do necessário



CANDIDATO TUCANO

José Serra defende na TV a criação de ministério específico para a área

“Se for presidente, vou criar o Ministério da Segurança Pública, concentrado só em tarefas da segurança. (...) Porque a situação no Brasil é gravíssima”



CANDIDATA PETISTA

Dilma Rousseff prefere articulação entre Estados e governo federal

“Concordo que é importante o foco na segurança. Mas o Ministério da Justiça tem desempenhado a função. Não vejo a necessidade de criar mais um ministério”